

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

F.F.L.C.H - USP

A GEOGRAFIA DO SABER À PRÁTICA:
RUPTURAS DO SUJEITO DO PLANEJAMENTO E DA CIDADE

Cristiano Tadeu Santos Garcia

São Paulo – SP

2022

Cristiano Tadeu Santos Garcia

**A GEOGRAFIA DO SABER À PRÁTICA:
RUPTURAS DO SUJEITO DO PLANEJAMENTO E DA CIDADE**

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para conclusão do Curso de Geografia.

Orientador: Professor Doutor Eduardo Donizeti Giroto

São Paulo – SP

2022

Agradecimentos para:

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Geografia da USP

Orientador Eduardo Giroto pelo encaminhar

Docentes pelo ensejo do devir

Toda comunidade USP

Minha Mãe por todos os pilares construídos

Meu Pai pela vida doada

Meus irmãos pela força

Perla pelo constante apoio e carinho

Meus amigos Peri, Algodão, Ori e Kyara pelos momentos de descontração

Deus pela graça de viver.

GARCIA, Cristiano Tadeu Santos. **A geografia do saber à prática: rupturas do sujeito do planejamento e da cidade.** Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

“A índole natural da ciência é a longanimidade”.

Machado de Assis – O Alienista, 1882.

Resumo

Este trabalho se dedica a explorar as relações entre o saber e a prática da geografia sob a ótica das rupturas recorrentes do modernismo de modo a se avaliar os impactos na ciência durante o período de instituição das normas positivistas, para assim buscar compreender de que forma se constitui o sujeito da geografia em relação ao objeto dentro da objetividade da ciência moderna. O propósito é avaliar através da revisão bibliográfica os fundamentos que respaldam as ideias favoráveis e as que se contrapõem através de um quadro de perspectivas históricas, sociais, políticas e epistemológicas da geografia e do projeto modernista, dentro de uma realidade de tensionamentos e divisões do saber geográfico que podem influenciar sobremaneira nas ações dos geógrafos e principalmente – obter resultados que orientem para uma compreensão de que modo os mecanismos de criação de limites podem separar o ato de produzir conhecimento do ato de aplicar esse conhecimento pelo geógrafo, conduzindo essa discussão para o entendimento das ações de políticas públicas territoriais e para a prática do planejamento urbano das cidades.

Palavras-chave - Geografia, Modernidade, Saber, Prática, Técnica, Planejamento, Rupturas.

Abstract

The work is dedicate to exploring the relationship between the knowledge and practice of geography from the perspective of the recurrent ruptures of modernism in order to evaluate the impacts on science during the period of institution of positivist norms, in order to understand how the subject of geography is constituted in relation to the object within the objectivity of modern science. The purpose is to evaluate, through a bibliographic review, the foundations that support the favorable ideas and those that are opposed through a framework of historical, social, political and epistemological perspectives of geography and the modernist project, within a reality of tensions and divisions of the geographic knowledge that can greatly influence the actions of geographers and mainly - obtain results that guide an understanding of how the mechanisms of creation of limites can separate the act of producing knowledge from the act of applying this knowledge by the geographer, leading this discussion for the understanding of territorial public policy actions and for the practice of urban planning in cities.

Key-words – Geography. Modernity, Knowledge, Praticce, Technique, Planning, Ruptures.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. GEOGRAFIA E MODERNIDADE: RUPTURAS E TENSIONAMENTOS.....	13
2.1. O “sujeito-neutro” na geografia.....	19
2.2. A utilidade da geografia.....	25
3. A GEOGRAFIA NA PRÁTICA – ESTUDO TÉCNICO COMO SABER DE AÇÃO PRELIMINAR.....	27
3.1. Estudo de caso - duplicação da Avenida Alfried Krupp.....	28
3.2. Situação geográfica - construção metodológica.....	29
3.3. O “sujeito-ciência” da geografia diante do planejamento.....	37
3.4. Limites e possibilidades do geógrafo na escala local	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

1. Introdução

A monografia desenvolverá as relações entre o saber e a prática da geografia diante dos problemas encontrados na cidade e no urbano, buscando-se apreender as mudanças e contradições do espaço e das relações existentes nele e de que forma a geografia se insere nessas mudanças ao longo de sua constituição e dos processos de modernização da ciência. Através da pesquisa realizada a partir de levantamento bibliográfico para aprofundamento de questões teóricas, o trabalho terá como enfoque o sujeito do saber e da prática geográfica e sua relação diante das transformações da geografia e da cidade, aproximando a discussão para o exercício do planejamento urbano-territorial e das ações de políticas públicas. Serão abordadas no início do trabalho as rupturas e tensionamentos existentes no processo de formação da geografia moderna a fim de se avançar na discussão de uma ideia posta sobre um sujeito da ciência, apartado da relação entre saber e prática da geografia, trazendo para o debate, apontamentos sobre rupturas nos desdobramentos da ciência. O resultado que se pretende alcançar através das leituras da revisão bibliográfica é compreender de que forma o processo de modernização da ciência de modo geral e, mais especificamente dentro dos aspectos históricos e epistemológicos da geografia, pode ter atuado para a formação de fronteiras que separa o conhecimento e saberes da ciência geográfica da prática do geógrafo no seu campo de trabalho, ao mesmo tempo, também em que se insere o tema à forma como podem se expressar tais fronteiras ao coexistirem no espaço das cidades junto às ações do planejar dentro da realidade urbana.

A proposta inicial de método para abrir esse diálogo é discutir ideias e visões na geografia sobre diferentes perspectivas da ciência e do pensamento geográfico diante do projeto da modernidade, e de que forma essa dialógica pode contribuir para o entendimento do sujeito que pensa a cidade e planeja sua realidade e transformações, abordando desse modo autores e conceitos que nos permite discutir as opiniões divergentes. Buscamos tratar sobre uma possível ideia de neutralidade do sujeito da geografia, assimilado como produto das injunções da modernidade e do período positivista diante dos processos de fragmentação da geografia através dos autores que tratam da evolução histórica e do pensamento da ciência, e assim caminhar para uma discussão sobre a fragmentação do conhecimento como saber e prática do sujeito da ação, ou seja, de que forma esse processo de separação decorrente do avanço do positivismo incorreu no “sujeito-neutro” que atua de forma impessoal e imparcial em suas atividades que devem relacionar o saber e a prática, principalmente nas ações de políticas públicas de planejamento.

O trabalho percorre a priori pela apresentação das características da ciência moderna e como sua identidade se constrói dominada pela racionalidade, com o âmbito de se abrir um diálogo com pensamentos opostos ao processo de hegemonização do modernismo, constituindo-se desse modo dois polos epistemológicos do conhecimento contrapostos. A ideia é discorrer sobre os diferentes pontos de vista sobre a construção do pensamento moderno ao longo da formação da geografia e tentar compreender quais mecanismos do processo de homogeneização da corrente predominante foram capazes de instituir tipos de fronteiras que se impõem à geografia e à produção de um conhecimento dissociado de sua aplicação, assim como compreender de que forma há limites que resultam por vezes numa neutralidade do próprio sujeito diante do objeto e do mundo que se quer conhecer.

Após abrir a discussão sobre a perspectiva da neutralidade do sujeito produto do avanço da modernidade, o trabalho segue com a apresentação da geografia, na prática, e de que forma um “sujeito-ciência” se constitui diante de seu conhecimento indissociável de suas ações. Nessa parte da monografia será tratada a utilidade da geografia no planejamento urbano onde podemos discutir as questões de teoria e método de pesquisa, os conceitos e a aplicação do saber e da prática. A discussão parte para o estudo de caso onde essas questões são aprofundadas, com a construção de uma metodologia e de conceitos, e de que forma tal sujeito aproxima seu conhecimento com a ação diante da cidade e da sociedade em que vive, podendo dessa forma contribuir para um planejamento que busca o direito à cidade mais igualitária e democrática.

Por fim na última parte há o âmbito de se analisar os limites do geógrafo como detentor do saber geográfico e suas possibilidades para praticar esse saber. A proposta nesse capítulo é “reconstruir” o sujeito da ciência e da prática da geografia que pode participar das ações de planejamento e da política pública, preocupado com as questões sociais e com as desigualdades produzidas no ambiente urbano, isso diante das inerentes contradições da sociedade e dos interesses diversos encontrados, bem como das contradições da própria geografia e sua *práxis*, para enfim, se chegar à questão sobre o que é ser geógrafo e de que forma ele pode exercer seu conhecimento na escala local do território. Serão abordados os limites e possibilidades do geógrafo já dentro dos parâmetros da multidimensionalidade de interesses e conflitos representados no território e nas próprias políticas públicas, as limitações de absorção dos profissionais para atuação no serviço público e como as escalas locais podem ser vistas como possibilidade de inserção e articulação para ações do saber geográfico e da prática, assim como a identificação das barreiras encontradas pelos geógrafos

no espaço público que levantam questões sobre sua participação dentro de uma geografia pública imbricada a uma geografia política, passando por fronteiras e limites que permitem olhar para as possibilidades e ações no espaço da cidade. Entre os limites e possibilidades que tomam forma no debate da política pública, o trabalho de monografia retomará a questão inicial de um sujeito neutro representante de diversos saberes incorporado à realidade atual das instituições públicas e de seus instrumentos de participação social, trazendo para a problemática os limites do saber e da prática que parte desse sujeito afastado do compromisso com seu conhecimento, imparcial em sua responsabilidade, e que se encontra inserido nos ambientes de representação popular (municipais) e de ações públicas, para assim, se chegar à proposta de um sujeito atuante com os problemas sociais, capaz de construir condições para a participação coletiva e democrática cada vez mais ativa na cidade, um sujeito que permite dar um sentido para cada ação sua realizada, aproximando dessa forma o saber da prática.

O resultado que se espera com esse trabalho é suscitar possibilidades sobre as limitações que nos são impostas que mirem mais envolvimento do geógrafo com a transformação das sociedades urbanas pela ação do planejar, conduzir para uma discussão sobre o caráter político de uma geografia pública no planejamento que se oriente por saberes geográficos aplicáveis dentro de uma linha de multiplicidade de ideias e participações, e por fim, avivar o olhar da geografia para uma proximidade que potencializa uma pluralidade de agentes que pensa a cidade para que cada vez mais se tenha legitimidade para cada obra e ação realizadas.

2. Geografia e modernidade: rupturas e tensionamentos

A geografia moderna é marcada por rupturas ao longo de sua constituição, por processos de construção e desconstrução de suas correntes do pensamento, que diversificam as leituras e referências de cada campo do saber a partir do desenvolvimento de sistematização da disciplina como ciência. A cada período uma “nova” geografia busca seu espaço se contrapondo a “velha” geografia, posto que essa se torne incapaz de explicar a realidade do mundo para seu período e subsequentes. Aumenta a discussão ao passo que os ramos do saber da geografia se fragmentam assim como crescem a necessidade de respostas que os geógrafos constantemente são obrigados a dar sobre a autenticidade da disciplina e seu valor para as práticas das ciências modernas. Bem verdade é que o contexto geral de desconfiança da geografia vem no encalço de um descrédito generalizado com a própria ciência moderna como um todo, marcada por crises diversas na sociedade. Entre a insurgência do que é o novo em detrimento do que é o velho, característica inexorável do modernismo e do positivismo, esse movimento pode nos trazer uma dúvida se não é a própria ideia de modernidade que se esgota ao passo que não se resolve as crises da sociedade moderna, abrindo assim caminho para um novo período; ou se tais crises do tempo da era moderna são mais um instante, um fragmento do seu próprio processo histórico como permanências imbuídas de transformações, rupturas e tensões:

A melhor tradição de análise da história diz que o tempo é um constante fluir de continuidades e rupturas, e cujos padrões e conteúdos buscamos captar (ou construir) com a ação do intelecto. Compreender a especificidade de uma época implica desvendar tanto as permanências quanto as particularidades que a singularizam. E estas (numa concepção materialista) exigem a vivência como base da teoria (MORAES, 2006, p. 40).

A modernidade impôs como projeto seus aspectos que a identifica, projeto esse que traz a ética científica moderna e seu espírito iluminista da racionalidade, da norma, do saber sistematizado, da linguagem lógica (formal) e de sua institucionalização. No entanto, também tensões são vistas em movimento durante o período moderno e no positivismo, forças contrárias que tiveram e ainda têm seu espaço para críticas e questionamentos que reforçam as contradições do modernismo e de seus métodos:

Assim, fundamental é constatar, de imediato, que a modernidade, frequentemente apresentada como um período totalmente dominado pela racionalidade, constrói sua identidade muito mais sob a forma de um duplo caráter: de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas “contracorrentes”, contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito científico universalizante (GOMES, 1996, p. 26).

Para a proposta desse trabalho, buscamos investigar essa relação entre a geografia e a modernidade através do estudo do Professor Paulo César da Costa Gomes a fim de se destacar as rupturas no desenrolar da ciência durante o período positivista, para nos ajudar a compreender melhor a ideia das rupturas que se impõem entre a produção do conhecimento e a aplicação desse conhecimento produzido na geografia, e que tem implicações nas ações de políticas públicas da ação de planejamento urbano. Em *“Geografia e Modernidade”* (1996), Gomes traz a perspectiva da modernidade como constituinte de dois pólos epistemológicos, onde define que novos traços de valores são gradualmente formados numa dinâmica espaço-temporal que se identificam como característicos desse período, em que um polo se constitui por um traço mais marcante - destacado pela ciência e pelo discurso da razão no qual a geografia moderna pertence, e em outro marcado pela negação do primeiro, contracorrente oposta à concepção racionalista. Os dois pólos se fundamentam, de acordo com a hipótese do autor, pelo par “novo/tradicional”, que são duas noções que se constituem como sistema de valores a partir da modernidade, isso através de uma dualidade entre concepções diferentes da ciência numa mesma ordem, que são concorrentes, mas que forma um todo como movimento científico, sendo um conjunto não determinado pela permanência de uma tradição ou por um novo em constante mutação, mas sim uma relação de movimento que: “Existem tradições no novo e novidades no tradicional” (GOMES, 1996, p. 29). Com isso, a ciência realizada nesse contexto e movimento exprime sua própria maneira de atribuir valor às coisas e de conceber sua ciência, de criar seus critérios de métodos e metodologias: “Se é verdade que a ciência moderna se legitima pelo método, é então através das diferenças metodológicas que estes dois pólos constroem suas individualidades” (idem).

A racionalidade como sistema universal e indutor de um progresso é conduzida pelo pensamento e por uma lógica, de um saber ordenado e sistemático em sintonia com o conhecimento e a ação humana. Esse conhecimento é confrontado com outras concepções para que seja posto à prova, para que enfim progrida para pensamento, como movimento de ruptura à forma tradicional:

Em suma, o racionalismo possui uma concepção do movimento, seja do movimento histórico ou científico, como uma alternância entre dois níveis de compreensão, o antigo e o novo. Este último terá sempre êxito nesta luta pela demonstração de sua superioridade e adequação de sua argumentação, continuando, assim, a marcha inexorável que visa a uma posição mais justa, mais adequada e mais poderosa do ponto de vista dos instrumentos da racionalidade (GOMES, 1996, p. 30).

Principalmente dessa confrontação, da crítica e do apontamento das contradições as quais (Gomes) diz, é que o modernismo se renova e se perpetua como movimento de

progressão: “Desta forma, a crítica é, desde o final do século XVIII até os nossos dias, o veículo e o motor do processo de renovação moderna” (GOMES, 1996, p. 31).

O método na ciência racionalista ganha contornos de objetividade (que será tratada logo adiante sobre a ótica da neutralidade do sujeito em relação ao objeto), e uma relação “justa e correta” com o pensamento e com a realidade, em que o uso do saber pode diferenciar o conhecimento geral (senso comum) do saber científico. O sistema explicativo é elemento central do método para construção da lógica sobre o objeto, para compreender seus fenômenos e comportamentos, constituindo-se como resultado da observação e da análise. A forma se constrói pelo raciocínio e juntamente à explicação partem do que é particular para o geral, de modo a se instituir asserções universais. Entre o conhecimento e o método, a ciência também estabelece conceitos gerais a partir da concepção de uma teoria como meios do próprio saber científico.

Sobre o outro polo epistemológico Paulo César da Costa Gomes nos diz que: “A partir desta identidade negativa em relação à razão, os desenvolvimentos são variados e os outros pontos em comum só podem ser apresentados com uma certa reserva e precaução” (GOMES, 1996, p. 32). As oposições destacadas ao primeiro polo são: a contrariedade sobre a universalização da razão a qual não possui a mesma natureza e forma sempre, bem como podem se manifestar de diferentes modos; valorização do que é particular; valorização do que é singular e da individualidade; negação à abstração conceitual e valorização da essência e do sentido das coisas, e do fato observado de forma a perceber a riqueza da diversidade dos fenômenos. A ênfase ocorre no conteúdo do fenômeno o qual deve ser desvendado por meio da interpretação de todos os elementos possíveis e de suas expressões: “O saber é uma função da sensibilidade da interpretação, e não propriamente da forma para se conseguir isso” (GOMES, 1996, p. 33). A insurgência da subjetividade como conhecimento é o elemento central desse novo pensar/saber, que também traz como aspecto primordial a pluralidade de sujeitos e consequentemente de métodos e conceitos para a análise, que se contrapõe ao polo positivista sobre seus aspectos formais, parcial, reducionista, simplificador, e principalmente a sua institucionalização como norma.

Outro ponto a se destacar, e que está na lógica do pensar do autor sobre a dualidade dos processos e na ótica das rupturas, é a perspectiva da relação homem-natureza (campo das discussões da geografia quanto à organização espacial e das relações existentes entre os dois entes) em que se traz para a discussão de um lado o positivismo iluminista com o pensar da

autonomia do homem em relação à natureza, e de outro o romantismo no qual o homem pertence à natureza. Tal dicotomia diferencia o pensamento universal do pensamento particular, em que: “[...] a partir desta distinção se abre o abismo entre o pensamento universal, centrado em uma natureza humana independente da natureza, e o pensamento particular, que naturaliza as atitudes pela tradição” (GOMES, 1996, p. 35).

As rupturas ou as novas maneiras do pensamento, engendradas no conceito dos dois polos epistemológicos da modernidade foram capazes de impulsionar debates em todas as ciências e nas ideias tradicionais, segundo Gomes: na física, na matemática, na história, biologia, antropologia, sociologia, e claro na geografia. O Professor diz que a epistemologia passa a se constituir como cerne de convergência das discussões gerais da ciência moderna:

Diferentes modos de acesso à ‘verdade’ científica foram concebidos como os mais seguros: experimental, matemático, histórico, realista, moral, relativo, pragmático, convencional, fenomenológico, etc. Pela simples constatação desta diversidade, percebe-se o desenho de um largo leque de debates sobre a melhor conduta para a ciência. Diante desta pluralidade de posições, é sempre tentador optar por uma ou outra perspectiva, ou mesmo ousar propor uma nova via. Um estudo epistemológico pode, entretanto, se restringir a ser um terreno de reflexão sobre as diferentes maneiras de conceber a ciência, com seus respectivos critérios de validade, examinando-os sem os óculos conceituais de uma posição apriorística (GOMES, 1996, p. 38).

Gomes (1996, p. 48) elenca três elementos fundamentais recorrentes no discurso para apresentação do fenômeno moderno que são: o caráter da ruptura, a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade. Trata-se de uma negação do que existia anteriormente que passa a ser o tradicional, onde a ideia de progresso se estrutura no sentido do devir, da transformação e da mudança em que o “novo torna-se sinônimo de legítimo e, em seu nome, busca-se toda gama de justificativas” (GOMES, 1996, p. 49). Tal ruptura é entendida pelo autor como um mecanismo de substituição em que o velho deva ser submetido à prova de sua inadequação e se utiliza desse raciocínio para reafirmar o processo de renovação do moderno. Também o utiliza para fazer uma crítica as contracorrentes, onde o autor diz que longe de uma proposta radical de mudança, elas se apresentam como adaptações e/ou ajustes: não procedem de rupturas e de proposições, e nem ao mesmo participam de um sistema global, pois, não possuem pretensão à totalidade que o novo deve impor ao velho. Ou seja, o novo é a continuidade do moderno que se renova no movimento das contracorrentes, que no que lhe concerne são a novidade que se apresenta como parte do que é tradicional:

As intenções iluministas de um progresso contínuo do conhecimento, de uma progressão em direção a uma sociedade melhor, são assim periodicamente recolocadas em questão pelos ‘contra-iluministas’, que protestam contra as consequências da racionalização e da modernização, fazendo intervir a imagem de

uma tradição estranha à racionalidade e a seus efeitos perversos, considerados como inerentes e intrínsecos (GOMES, 1996, p. 50).

Abrindo o diálogo de ideias e debates das proposições do Professor Paulo César da Costa Gomes para se construir uma identidade entre a geografia e a modernidade, num intento de legitimação do conhecimento e do saber, seguimos com a discussão através de uma base mais crítica do Professor Cássio Hissa (2007) para contribuir com a problematização do trabalho sobre a identificação dos limites encontrados pelos geógrafos em suas atuações diversas, saberes e práticas, mais especificamente nas ações de políticas públicas de planejamento. Hissa expõe que:

No entanto, a ciência interrogada, rediscutida – que aqui se focaliza -, apresenta definições bastante rígidas, já convencionais, que, também a partir das características que reúne, são tomadas como consensuais no ambiente em que são desenvolvidas as suas práticas, especialmente na universidade moderna. Contudo, as discussões acerca dos significados da ciência, com o propósito de reinventar as suas trajetórias – tornando-a mais comprometida com a transformação, com a justiça e com a liberdade -, são relativamente obstruídas pelo seu conservadorismo constitutivo (HISSA, 2007, p. 2).

Cássio Hissa parte da crítica a objetividade da ciência moderna, que tem por característica segundo o autor de encaminhar leituras rígidas e objetivas do mundo a um sujeito distante do objeto de sua leitura, sendo que o próprio sujeito é “*sujeito do mundo*”, que assim o interpreta, e o objeto interpretado passa a ser expressão do sujeito que o lê. Propõe-se assim uma leitura do mundo transtextual em que o conhecimento produzido esteja para o mundo assim como o produzir saber esteja para o sujeito, ao que: “O objeto é uma construção teórica do sujeito e, mais adiante, uma interpretação empreendida por ele” (HISSA, 2007, p. 3). Hissa complementa com a afirmação de que dicotomias foram impostas pela ciência moderna, sendo elas a distinção entre sujeito e objeto e a (de) limitação dos campos disciplinares:

A definição dos campos disciplinares, portanto, não é apenas de natureza técnica, mas, também, de caráter político, ideológico. Os campos disciplinares são, de fato, territórios do saber limitados, cerceados em sua sabedoria, pelos próprios limites impostos pelo processo que os define. Os campos disciplinares são territórios do conhecimento, feitos de limites e a partir deles, que encerram a sabedoria ao ponto dela se tornar irreconhecível sob a referência do próprio saber (HISSA, 2007, p. 3).

Nesse sentido, Gomes explica que a marca da ciência racionalista está na natureza do saber que, a partir do século XVIII “busca uma história para a ciência, um caminho que caracteriza o avanço permanente para a ciência, uma valorização metodológica capaz de produzir a cada momento melhores explicações” (GOMES, 1996, p. 67). A teoria do conhecimento positivista rompe com a metafísica dos conhecimentos da antiguidade e

medieval, e percorre mais pela essência da forma do que pelo conteúdo, para assim caminhar para um movimento de progressão do saber na história. A excelência de seu método estabelece uma distância entre o sujeito conhecedor e o objeto de análise desse conhecimento, que através da razão poderia se separar e isolar os dois termos, conforme menciona:

Entre o mundo sensível e o mundo inteligível, o único ponto capaz de separar a percepção personalizada e imediata do conhecimento geral, universal e objetivo é o método científico. A enorme importância atribuída à objetividade, fetiche do discurso científico, vem desta possibilidade de construir um objeto do conhecimento por intermédio do método (GOMES, 1996, p. 69).

Sobre o objeto, Gomes diz que:

Uma vez construído o objeto, é possível estabelecer, por uma série ordenada de experimentações, uma conduta geral e uniforme. O saber assim concebido, com suas origens lógicas e racionais, é imediatamente reconhecido como sendo um saber rigoroso, e o único válido (GOMES, 1996, p. 69).

Esse é o ponto central da discussão proposta para o trabalho sobre essa separação entre sujeito e objeto que levaremos adiante, e que o Professor Cássio Hissa projeta para o debate como reflexão crítica: o ponto de inflexão está na produção de um saber que se afasta de sua aplicação como saber produzido pelo sujeito da ação ao se distanciar do objeto que se pretende conhecer, podendo assim tomar contornos de um conhecimento restrito, técnico e imparcial, objetivado demais quando aplicado, como, por exemplo, sobre o enfoque do planejamento em políticas públicas para a cidade. Para o autor o saber, para que seja científico “deverá, sempre, ser transdisciplinar. Desde as suas origens, o saber científico é transdisciplinar: por natureza, ele é feito de fronteiras, zonas de contato, ambiências de transição, que ainda se expandem diante da possibilidade de diálogo externo” (HISSA, 2007, p. 4). O autor explica que o próprio movimento de fragmentação da ciência (as delimitações dos territórios disciplinares como denomina) é a negação e contradição da sua existência - em que o saber progressivamente se transforma em conhecimento técnico. Contudo, fronteiras são fortalecidas ao passo que os limites dos territórios da ciência são estimulados pelo poder incorporado que as legitimam, pelas corporações que assumem o caráter mercantil. Para tanto, Hissa menciona uma força contrária que chama de mobilidades transgressoras “que subvertem o conhecimento para, permanentemente, fazê-lo buscar o saber” (HISSA, 2007:4). Considera-se como força os espaços fronteira permeados de conflitos, de diálogos, de mobilidades e transformações, de universos de existência, de saberes em comum, das experiências e da vida cotidiana dos lugares: um conflito entre os saberes hegemônicos e científicos de um lado, de outro os saberes não-hegemônicos, dotados de saberes comuns e locais, a que o autor se refere: “Já se está noutro domínio: no das utopias que referenciam a reinvenção da ciência –

reinvenção do homem e das humanidades – e a valorização dos lugares da existência” (idem). O pressuposto acima de Hissa pode se aproximar, observadas a perspectiva e intenção bem delimitadas de cada um, do conceito de Paulo César da Costa Gomes sobre a dualidade entre os dois polos epistemológicos e do conflito entre o “novo” e o “velho”, já citado no início, característica do projeto de modernidade, que prosseguiremos a discutir.

2.1 O “sujeito-neutro” na geografia

As leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o *como funciona* das coisas em detrimento de *qual o agente* ou *qual o fim* das coisas. É por esta via que o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum. É que, enquanto no senso comum, e portanto no conhecimento prático em que ele se traduz, a causa e a intenção convivem sem problemas, na ciência a determinação da causa formal obtém-se com a expulsão da intenção. É este tipo de causa formal que permite prever e, portanto, intervir no real e que, em última instância, permite à ciência moderna responder à pergunta sobre os fundamentos do seu rigor e da sua verdade com o elenco dos seus êxitos na manipulação e na transformação do real (SANTOS, 2008, p. 30).

No desenvolvimento de sistematização da ciência existia uma geografia sintética capaz de reunir os fenômenos naturais dos estudos da natureza sem que se contrapusesse a razão humana, “ao contrário, concebia-se a razão como natureza humana, reflexo do homem da harmonia natural” (MORAES, 2002, p. 22); isso em razão de um não distanciamento entre ciência e filosofia que, no que cabia a geografia e sua gênese, “tentam dar conta de toda realidade num discurso unitário e integrativo” (idem, p. 23), conforme cita Antonio Carlos Robert Moraes em sua obra “*A Gênese da Geografia Moderna*” (2002). Na confrontação dessa relação para entender as instituições sociais, se ajustava à natureza a compreensão da natureza humana, e consequentemente formulou-se a questão da relação da sociedade com o território, preocupação da geografia moderna. A fragmentação do conhecimento ocorreu sobre rupturas ao aspecto holista da época - estimuladas pela emergência do positivismo visto na ciência e que progressivamente avançou numa estratégia de dissociação dos saberes, separando-os entre si e elencando para cada qual setor do conhecimento seu próprio objeto, teoria e método, sendo a geografia dividida “em campos de agregados por seus conteúdos comuns ou semelhantes, que vai dar no nascimento da geografia física e da geografia humana, e por extensão, da geografia regional” (MOREIRA, 2008, p. 25).

A geografia fragmentária teve em seu primeiro momento esse processo de setorização a partir da divisão do mundo real em partes, para definir a esfera de estudo, modelo criado pelo período positivista. Em um segundo momento ocorreu a fragmentação desses setores em geografias especializadas, o que para Ruy Moreira (2008, p. 26) se tratou de uma mudança

radical no conceito de natureza em que “... a natureza holista dos iluministas e românticos vê seu conteúdo reduzido ao de uma natureza inorgânica, tornando-se uma coisa física”.

Nesse processo de segmentação e troca de paradigma da geografia (do orgânico pelo inorgânico) também se rompeu com o conceito da harmonia natural entre o homem e a natureza, criando uma situação de afastamento entre sujeito e objeto, como do mesmo modo o real foi recortado em fragmentos que distorceu o saber geográfico do mundo até então conhecido como um todo e que passou então a ser dividido. A busca para uma explicação racional do mundo introduziu a ideia da ciência como compartimentos estanques de um mundo reduzido, onde a geografia se constituía de novos referenciais e de uma nova forma de geografia, com novos padrões, quando “a pulverização e especialização dos saberes são um fato geral do período e refletem o advento do naturalismo mecanicista da filosofia positivista como novo princípio epistêmico da ciência” (MOREIRA, 2008, p. 27). Ruy Moreira entende que a fragmentação do conhecimento faz parte da essência do pensamento positivista em reduzir os fenômenos a um conteúdo físico e sua fonte vem de uma estrutura organizacional onde o princípio da concepção do conhecimento científico parte do mais simples e geral até o mais complexo e específico, resultando em um sistema de ciências do qual a geografia empresta de ciências superpostas acima os conteúdos necessários para seu desenvolvimento, reproduzindo dessa forma a setorização geral do pensamento positivista, que por sua vez automatiza os seus objetos e métodos numa ação de multiplicação do processo de fragmentação para novos campos da ciência. Pode-se situar como consequências desse processo a dissolução do todo que dificulta a percepção de sua interação com demais partes, e de uma nova realidade que passa a ser a relação interdisciplinar interseccionada pelas geografias setoriais e seus métodos próprios.

Moreira (2008, p. 39) aponta para uma crise desse paradigma fragmentário do modelo positivista a partir dos anos de 1960 - 1970, onde “seu sinal mais claro no âmbito da geografia é a crise ambiental, sinônimo de crise dos esquemas de arrumação espacial da superfície terrestre então existente”, em que se evidencia uma tendência pluralista emergente “de novas linhas teórico-metodológicas, na forma de uma geografia de referência no marxismo, no subjetivismo – a geografia da percepção, a geografia humanista e a geografia cultural, além da geografia histórica” (MOREIRA, 2008, p. 39). Acerca do ambientalismo, o autor diz que, sem uma referência filosófica, mas de inspiração quântica, surge uma nova forma de percepção e atitude do “homem” em relação ao meio ambiente, em que “funda no mundo da ciência um olhar não-fragmentário do todo – um holismo ambiental – e, assim, o que tende a ser um novo

paradigma” (MOREIRA, 2008, p. 43). Ruy Moreira ressalta que não se pode falar ainda de um predomínio de um novo paradigma, não obstante, há um forte apelo no sentido de um novo holismo:

Aos poucos vai então emergindo aqui e ali um sentido de resgate da visão holista, abandonada pela emergência da fragmentaridade positivista, mas sob uma forma plural e diferenciada de entendimento, numa situação distinta daquela da geografia dos séculos XVIII-XIX (MOREIRA, 2008, p. 44).

Essa fragmentação como característica do pensamento positivista e fonte de uma estrutura organizacional segmentada também produzem falsas rupturas entre a produção do conhecimento e a aplicação desse conhecimento nas ciências e na geografia, no que Cássio Hissa (1998, p. 33) reflete como sendo “fronteiras construídas ao longo da construção do pensamento moderno”. Trata-se da objetividade excessiva diante do objeto que se quer conhecer que corresponde ao ideal do “sujeito-neutro” e à neutralidade da ciência, em que o “sujeito-ciência” se isenta do “mundo conhecido”, surgindo assim uma ideia de um saber desagregado de sua aplicação no que concerne a uma postura crítica:

A fronteira entre o puro e o aplicado, no âmbito da ciência moderna, assume formatos especiais e aparta o conhecimento produzido de sua aplicação: de um lado o conhecimento sobre o ‘mundo’, de outro o planejamento do ‘mundo’. A fronteira também repercute na geografia. Amplia a situação de crise. Potencializa a incapacidade crítica, presente em todos os setores do conhecimento aplicado (HISSA, 1998, p. 33).

Armando Corrêa da Silva (1983) também aponta para a possibilidade de nova mudança de significado entre técnica (o que se aplica) e cultura (compreendida como saber), após a década de 1960, entendendo haver um direcionamento por demanda desses elementos de produção para o interesse do capital monopolista vigente. Com isso, Armando Corrêa da Silva diz que se desenvolveu uma nova contradição entre técnica e cultura, elevando-se a uma relação de produção antagônica entre ambas. No entanto, Corrêa da Silva coloca a força produtiva como formadora de classes organizadas na sociedade e determinante para o caráter da cultura, pois:

[...] nas forças produtivas se expressa materialmente a habilidade econômica da humanidade, sua capacidade de assegurar a própria existência. Esta dinâmica fundamenta as classes que, nas suas relações recíprocas, determinam o caráter da cultura (SILVA, 1983, p. 85).

Vale destacar para esse trabalho que Corrêa da Silva sobre ser a técnica apenas um instrumento de opressão de classe, afirma que não, sendo também, ao mesmo tempo, condição essencial para a emancipação do explorado (SILVA, 1983, p. 85). Podemos assim dizer que a relação entre conhecimento e prática, o saber e a técnica, pode emancipar e reconstruir a vida,

numa relação intrínseca e indissociável onde “a técnica não pode ser contraposta à cultura, porque é a mola principal. Sem técnica não há cultura” (idem, p. 85).

Diante dessa “nova contradição” podemos nos perguntar: como se dão a técnica e a cultura na geografia e de que maneira ela vem se constituindo diante das condições impostas? Armando Corrêa da Silva faz uma análise interessante a respeito dessa relação, em um recorte onde diz que o que se faz é: pela pesquisa se chega ao mapa, que acaba por ilustrar e explicar o texto, sendo que o que se deveria fazer é a partir do mapa se chegar ao texto e do texto se chegar à explicação (SILVA, 1983, p. 86). Cássio Hissa estabelece relações semelhantes em seu estudo (1998, p. 34) no que reflete sobre “fronteira que separa o pensamento do texto e o texto da ação”, constituindo-se numa espécie de fronteira entre o conhecimento produzido e sua aplicação como ato de transformação, observados desse modo como traços de uma ruptura:

No âmbito das relações entre o processo de conhecer e o ato de transformar, em verdade processos de um todo indivisível, são consolidadas a fragmentação e a fragilização do saber útil à construção de uma realidade compatível com os ideais propostos por uma ciência de fato crítica e criativa (HISSA, 1998, p. 36).

Explicando essa ruptura em conformidade com o pensar de Hissa, apontamos que são nos laços existentes e na proximidade do processo de conhecer com o ato de transformar, que a geografia pode ser uma ciência crítica e criativa na ação de planejamento, legítima, sendo que na ruptura dessa aproximação surge a fronteira entre o saber e a prática de um todo indivisível, que separa o pensamento do texto e o texto da ação, confrontação essa que nos condiciona “a ilusão de um conhecimento dissociado de sua aplicação” (HISSA, 1998, p. 33), capaz de trazer para o planejamento a ideia de um “sujeito-neutro” e livre - que dispensa o saber, bem como de produzir uma ciência aplicada independente do pensar que a concebeu. Dois pontos em que Armando Corrêa e Cássio Hissa em seus trabalhos se aproximam sobre essa ideia, e que estão diretamente interligados à geografia e à ação dos geógrafos, dizem respeito à utilização do mapa e da linguagem textual-descritiva usada no processo de criação de estudos e projetos públicos, os diagnósticos e prognósticos no que se refere a políticas públicas de ação territorial.

A dialógica e críticas dos autores convergem para uma ideia de rompimento em que o mapa deixa de ser apenas um meio (SILVA, 1983, p. 87) e passa a representar como linguagem uma redução do conhecimento que é limitado à descrição de imagens e formas, o que para Hissa pode implicar num desvio da essência dos problemas e, que pode ser consequência da reprodução da modernidade, pois “o mundo é reduzido aos seus aspectos

físicos e à sua dimensão perceptível ao olhar físico (físicismo)” (HISSA, 1998, p. 36). Seguindo o diálogo, Corrêa e Hissa se aproximam sobre a objetividade dos projetos realizados em órgãos de planejamento, onde o critério é direcionado para uma “maior eficácia na relação insumo-produto” (SILVA, 1983, p. 89) que secundariza a pesquisa feita lhe dando um aspecto de trabalho prévio de suporte ao projeto. O pressuposto é de que a capacidade técnica e organizacional aplicada através do projeto legitima o planejamento como representação política da sociedade e que, na visão de Cássio Hissa se trata de compartimentos estanques instituídos pela modernidade, chamados de diagnóstico e prognóstico, vistos como limites postos entre o conhecimento produzido e o próprio planejamento, incapazes em muitas situações de solucionar os problemas encontrados, sugerem um sujeito planejador impessoal e imparcial, o qual assume a forma rígida da ciência moderna. O texto analítico-explicativo visto nos planos de diagnóstico/prognóstico tem em seu aspecto usualmente a característica de ser ao mesmo tempo, objetivo e imparcial: são “atributos arraigados ao pensamento moderno” em que se “supõe-se a existência de uma elite pensante, pronta para conceber o mundo – conhecer e transformar” (HISSA, 1998, p. 34), isto é, longe da comunidade da cidade e bairro ou do próprio lugar de pesquisa. Armando Corrêa nos alerta que apesar da legitimidade que possui o projeto como competência técnica e organizacional monopolizada pela tecnoburocracia, é na própria sociedade que se encontram as determinações objetivas e subjetivas do projeto público que devem interferir a priori nas diretrizes do plano, e de fato, efetivá-lo (SILVA, 1983, p. 89). Isso demonstra o quanto pode a decisão técnica e a decisão política do geógrafo planejador encontrar dificuldades diante da ambivalência do ambiente de trabalho, realidade comum na lógica das discussões de políticas públicas e inerentes ao planejamento que se pretende fazer (SILVA, 1983, p. 89).

Diante de um questionamento que Cássio Hissa nos fala de uma ideia (ou falsa fronteira) sobre a geografia ser ou não básica no diagnóstico e complementar na terapêutica (HISSA, 1998, p. 37), como contribuir para os problemas urbanos que saltam aos olhos do geógrafo que planeja? Como responder às adversidades socioespaciais do mundo contemporâneo das cidades? O planejamento como conhecimento e ferramenta de transformação se apresenta a nossa ciência e conduz o geógrafo a um caráter político com saberes geográficos aplicáveis?

Uma análise importante de Armando Corrêa da Silva sobre os momentos após regulamentação da profissão de geógrafo no ano de 1980 aponta para os impactos em nossa

formação e nas propostas de alteração curricular, podendo contribuir para a discussão sobre o papel do geógrafo e de que forma ele se prepara as questões anteriores levantadas.

Se nos ativermos à cultura como conjunto de significados organizado para compor uma sociedade o qual: crenças, valores, costumes, leis, normas, outros; aspectos decorrentes de uma identidade cultural, de pensamento e conhecimento de determinado grupo de determinado lugar, compreenderemos a importância da pesquisa como conhecimento, apresentada por Armando Corrêa para se superar a fronteira entre cultura e técnica. Habilmente em seu trabalho o autor propõe essa superação quando analisa as propostas de formação e alteração curricular da profissão. Importante ressaltar que o texto do Professor Armando Corrêa da Silva é publicado pouco tempo depois do decreto que regulamentara a profissão do geógrafo no ano de 1980, e que a discussão ocorrera no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, texto do qual se extraem esses trechos: “Tais propostas traziam reivindicações relacionadas a trabalho e em problemas de natureza ideológica [...]” sendo que “[...] as duas propostas refletem não só a conjuntura atual, mas também concepções diferentes de formação do geógrafo, num sentido mais amplo” (SILVA, 1983, p. 91). As duas propostas as quais o Professor se refere tratam diretamente do preparo cultural e do preparo técnico que veremos em dois outros trechos que demonstram sua habilidade de síntese naquilo que se aparentava como oposto:

A primeira proposta (Seabra, 1981) parece ter um caráter mais clássico do que a segunda, uma vez que dá ênfase ao preparo cultural, determinante do preparo técnico. A outra proposta (Marangoni, 1982), enfatiza a técnica, como determinante da definição de cultura e, mesmo, de ciência (SILVA, 1983, p. 92).

Não se trata de encontrar uma posição intermediária entre duas, mas de tomar, talvez, o preparo para a pesquisa como o parâmetro atual mais adequado à definição do geógrafo profissional (SILVA, 1983, p. 92).

Armando Corrêa esclarece que não é necessário procurar por meio-termo entre ambas as propostas, mas delas buscar melhor preparo para a pesquisa e que servirá como parâmetro mais atual de definição do geógrafo. Acreditamos que essa proposta ainda é válida em razão da permanência das fronteiras que separam a ciência e o uso que se faz dela. No mesmo sentido Cássio Hissa aprofunda a ideia sobre o uso que se faz do conhecimento no qual “dever-se-ia tomar como premissa a ciência como um processo integrado, não compartimentado. O cientista e o planejador são a mesma personagem” (HISSA, 1998, p. 40). O autor prossegue afirmando que não se deve separar no processo metodológico da pesquisa o ato de produzir informações do ato de aplicar as informações:

E, já no método e nas metodologias, o diagnóstico e os planos, o pensamento e a ação, deveriam ser avaliados como atitudes e momentos superpostos. Não poderia conceber uma ciência produtora de informações distante de outra aplicadora, isentando personagens que deveriam se responsabilizar pelas suas ações (HISSA, 1998, p. 40).

A utilidade da geografia nos parece mais evidente e assertiva dentro dos pressupostos e proposições dos professores Armando Corrêa e Cássio Hissa discutidos até aqui, o que nos permite continuar com a questão do planejamento e das adversidades socioespaciais contemporâneas, bem como da disposição do geógrafo para um caráter político possuidor da prática desse planejamento, mas não o único detentor do saber planejar. Nem mesmo a ciência poderia ser. No terceiro capítulo trataremos desse olhar sobre a proximidade que maximiza e envolve o planejador, a ciência e a cidade.

2.2 A utilidade da geografia

A geografia é útil quando ciência aplicada. No entanto, não bastam exigências de necessidades e utilidades, mas buscar a geografia se tornar capaz de estabelecer relações e criar formas de convivência (consciência) que não obedecem a fins utilitários. Através de seu conhecimento teórico-científico e metodológico, ela se preocupa com os problemas da sociedade e direciona de que forma pode aplicar seu saber para contribuir com a transformação da realidade desses problemas. Então o geógrafo produz informação a respeito do objeto de análise e utiliza essa informação para planejar e aplicar. É conhecer e agir. O uso do seu conhecimento científico parte de uma hipótese, uma afirmação, capaz de formular perguntas e dúvidas para posteriormente procurar as respostas através da análise e da investigação. Nesse processo a geografia toma conhecimento e tenta explicar a partir das perguntas feitas para a realidade daquele espaço-tempo posta pelo objeto estudado. A teoria pode estar implícita à formulação da hipótese e é importante para intermediar o trabalho entre o saber e o aplicar no planejamento, para o avanço do conhecimento científico da geografia e do seu posicionamento racional e crítico diante do objeto, pois, possibilita observar de forma mais clara o problema e assim decidir a metodologia a ser aplicada na análise e na investigação.

O pensamento e a ação ganham no planejamento territorial o desafio de organizar o espaço na perspectiva do futuro, em que a informação produzida através da produção do conhecimento deve se aproximar da sua utilização, rompendo com as fronteiras que possam existir nesse processo e dando sentido a preocupação com o método e com a técnica proposta no plano. Mesmo que o referencial do planejamento tenha sentido sobre uma ação futura, o

panorama do planejador é o presente orientado pela decisão e ação que ele deve tomar naquele momento, com aquela realidade formada e com aqueles atores sociais do qual faz parte o espaço presente, atores esses que devem participar estreitando esse espaço das relações: a percepção do planejar pensando o futuro pode atribuir (ao planejamento) explicação e racionalidade de um sujeito distante da realidade atual do lugar. Assim, o geógrafo planejador pode se tornar um “sujeito-neutro” que nega seu trabalho ao se distanciar no decorrer do processo de formulação do conhecimento e do seu uso, da construção do plano que se faz e da sua aplicação que, por vezes nem poderá ser utilizado em razão de novos rumos políticos e de outros interesses. Então, amarrar já preliminarmente no plano a ação do saber com a ação do fazer – conjuntamente com outras perspectivas, muitas vezes contraditórias – nos faz compreender melhor nossa explicação da realidade, e também a realidade do outro, em que “o eu passa a ser o outro também e, além disso, ultrapassa as fronteiras da primeira pessoa, a pessoa da ciência” (HISSA, 1998, p. 41).

Desse modo o geógrafo pode contribuir com a sociedade diante dos reais problemas urbanos já na base do processo de construção do planejamento, possibilitando uma consciência de todos os participantes e também uma geografia útil pensada e aplicada, presente e assídua na formação do seu conhecimento desde a hipótese e a observação do problema até a aplicação edificante e transformadora do lugar. Propõe-se essa atitude em todas as etapas do processo do planejar nas políticas públicas e, principalmente nos estudos técnicos e pesquisas preliminares que fornecem dados para os demais projetos e planos estratégicos de desenvolvimento de todo um território urbano ou região.

Um estudo técnico pode ser parte inicial de uma vontade política, da intenção de agir em determinada ação pública e em determinado lugar. Ele tem a responsabilidade de identificar e conhecer previamente as características dos elementos existentes através da observação, analisar os cenários e interpretar os resultados obtidos de modo a se formular uma ideia, um conceito ou noção do conjunto do objeto *a priori*. Pode-se dizer que o estudo técnico está de frente com a(s) totalidade(s) do objeto e à frente dos projetos e ações de planejamento para aquele objeto no espaço: por isso a importância de se adiantar e conceber já no estudo técnico o processo de construção indissociável do pensar e fazer, perpendicular à diversidade de ideias que se interseccionam com as dos colegas profissionais de outros conhecimentos e também da população conhecedora do lugar de estudo. Essa integração vai permitir que o estudo técnico não seja apenas um trabalho prévio de suporte ao projeto posterior, conforme observou anteriormente Armando Corrêa da Silva sobre os aspectos de

estudos que buscam maior eficiência na relação insumo-produto, mas que ganhe forma cada vez mais participativa, com consistência, com capacidade de se recobrar ao passo que será enviado para a próxima etapa de um projeto ou planificação. É um anteprojeto que toma para si a responsabilidade do profissional técnico não distante de suas ações e que tem a oportunidade de ancorar as bases de um processo participativo que possibilita formas mais robustas para as etapas seguintes do planejamento e da vontade política. Em outras palavras, o estudo técnico vai ter maior amplitude social na sua construção de análise e interpretação, e estará amarrado às políticas públicas advindas de planejamentos participativos. Permite-se que o geógrafo, quando vier a elaborar o estudo técnico não desvincule o seu conhecimento da ação proposta constituída no processo de construção da pesquisa e do levantamento. Um exemplo que veremos mais adiante é a inclusão no Plano Diretor municipal de uma área urbana em razão de sua importância natural para a cidade, determinada através da elaboração de um estudo técnico participativo.

3. A geografia na prática - estudo técnico como saber de ação preliminar

O técnico egípcio parte, como era de se esperar, dos fins que se propõe: elevar o silhar. Busca meios para isso. Para isso, disse eu; ou seja, busca os meios para conseguir o resultado – que a pedra fique lá no alto – considerando esse resultado em conjunto. Sua mente está prisioneira da finalidade proposta, exatamente como está proposta em sua integridade última e perfeita. Tenderá, pois, a não buscar como meios senão aqueles atos ou procedimentos que, se possível, produzam de uma só vez, como uma só operação breve ou prolongada, mas única, o resultado total. A unidade indiferenciada do fim leva a buscar um método também único e indiferenciado. Isto faz com que, no início da técnica, o meio através do qual se produz a coisa se pareça muito com a própria coisa produzida (ORTEGA Y GASSET, 1991, p. 70).

[...] o técnico fica sem regra alguma, sem método para passar mentalmente do fim proposto para o meio adequado, e se dedica empiricamente a experimentar um e outro, e mais aquele outro que venha a se oferecer como adequado ao propósito (idem).

O estudo técnico pode ser uma maneira de se compreender uma região que poderá ser impactada por uma ação pública de modo a buscar solucionar um problema de ordem funcional territorial ou de rearranjo do espaço para aquele momento. É o primeiro contato do geógrafo planejador com as informações do lugar observado e para esse processo espera-se obter os dados técnicos necessários para verificar a viabilidade do projeto público. Contudo, na construção do estudo técnico há também espaço para uma elaboração participativa com outros saberes diversos que podem colaborar para uma pesquisa mais preparada, mais concisa e pautada nos pilares de uma ação transformadora da cidade, pois, permite nos orientarmos

por compreensões dos problemas sensíveis e recorrentes do lugar como representação das problemáticas que existem na totalidade do espaço, ou seja, a realidade que exige pensar num processo de constituição de um dado espaço dentro de um contexto da dinâmica total, sendo que será na visão particular das partes desse espaço em direção a um todo que de alguma forma terá suas determinações gerais agindo para aquele lugar, pois, essa visão explica as contradições existentes das partes e suas especificidades atribuídas, o que nos possibilita analisar de forma mais clara o conjunto da obra proposta no local e também os métodos necessários para os levantamentos do estudo técnico. Isso será mais decisivo com a ampla participação de conhecimentos diversos para se construir uma pesquisa mais fundada.

A abertura para um estudo preliminar constituído de pluralidade de conhecimento já é um primeiro passo para romper com as fronteiras que Cássio Hissa nos fala, que nos permite aproximar as ideias e os conhecimentos com o texto e a ação. Dar-nos-á uma dimensão maior da realidade do espaço, composta por perspectivas históricas e culturais dos indivíduos que compõem o ambiente de criação do estudo. No entanto, por vezes, como em alguns casos de gabinetes e setores públicos, o estudo técnico tem que ser realizado às pressas e se limita apenas a criação e perspectiva do sujeito responsável, bem como a limitação do ambiente de trabalho quanto a questão técnica da equipe, tecnológica e de materiais para a pesquisa.

3.1 Estudo de caso – duplicação da Avenida Alfried Krupp

Iremos analisar nesse caso uma proposta de um estudo técnico realizado pela Secretaria de Obras e Planejamento municipal em interface ao campo do saber e da técnica, e também da política e da municipalidade local. Isso em Campo Limpo Paulista, município próximo à capital Paulista, onde ocorreria uma intervenção pública de duplicação da Avenida Alfried Krupp em razão de um fator de problema urbano, o trânsito. É a principal via de acesso entre os bairros mais adensados do município com o centro urbano consolidado, e também com as saídas da cidade para os municípios vizinhos que atraem maior fluxo dos campolimpenses, assim como para a Rodovia SP-354 (Rodovia Edgar Máximo Zamboto) que se interliga a SP-330, Rodovia Anhanguera e para a linha Rubi da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) que segue até a capital paulista. Nos horários de maior movimentação, início da manhã e fim de tarde, se percebe tráfego mais intenso e lentidão no corredor de carros nessa avenida que possui pequena extensão e trecho. Diante do problema, o poder público municipal no ano de 2015 decidiu duplicar a avenida utilizando a outra margem do Rio Jundiáí, não ocupada e sendo área de proteção ambiental com vegetação nativa em estágio de regeneração da mata atlântica, abrindo mesmo assim processo para realização dessa

obra. Na alternância de governo, o projeto de duplicação da avenida não se iniciou, e novos interesses do poder público vigente surgiram tanto para o lugar onde seria feita a duplicação da avenida quanto para a verba existente destinada para aquela obra. A interrupção de planos e projetos públicos é usual na troca de gestão e poder, faz parte do processo político, sendo comumente discutida em conversas de gabinetes e repartições públicas, algumas mais esmorecidas, outras mais intensas, que também podem ser entendidas como rupturas entre a parte técnica e a parte política no ambiente de trabalho. Foi nessa ocasião que se propôs realizar o estudo técnico no ano de 2017 que pudesse observar e absorver a problemática encontrada de forma a interpretar quais os caminhos poderiam se tomar para as ações de políticas públicas naquele momento.

O estudo compreendia uma região que seria impactada pela ação pública com interesse de solucionar um problema de ordem funcional territorial, mas que, ao mesmo tempo, também compreendia uma área ambiental sensível a problemas recorrentes da cidade. Em desacordo com a ideia de um agente de conhecimento neutro e de uma “ordem” rompida na cidade através de um problema urbano percebido, o estudo técnico optou por apreender mais a fundo sobre uma realidade que exigia pensar num dado espaço que tinha influência no movimento de um todo. Entendia-se que a paisagem da área como conjunto no entorno da duplicação da avenida nos permitia observar a relevância da natureza daquele espaço e que se não preservada podia se tornar um problema de ordem social e econômico, além do ambiental. Igualmente, também se propôs avaliar alternativas para o problema urbano do trânsito em horários de maior fluxo. Esse foi o caminho escolhido para direcionar a pesquisa.

3.2 Situação Geográfica – construção metodológica

Essa situação geográfica posta para a Avenida Alfried Krupp e todo seu espaço de influência contrapõe as formas e fatores do lugar com as mediações da formação socioespacial, o que possibilita ao geógrafo investigar seu objeto de estudo através de um entendimento do processo histórico e da realidade geográfica do espaço conjuntamente às ações. Maria Laura Silveira (1999) utiliza-se desse conceito para diferenciar o de sítio, onde define que “o sítio envolve as características do meio local de implantação da cidade enquanto a situação se refere às relações da cidade com um meio físico exterior mais longínquo” (SILVEIRA, 1999, p. 22), sendo para a autora o conceito de situação geográfica um evento de uma ou mais possibilidades que se geografizam no lugar, através de sua localização material e relacional, e que seja capaz de nos perguntar sobre seu processo de construção e seu movimento histórico. O estudo técnico buscou esse entendimento da situação geográfica do

lugar como um conjunto de eventos de continuidade temporal possuidor de uma coerência espacial e da manifestação do real, com configuração única - mas suscetível as mudanças ao longo de seu processo de construção e de seus fenômenos. Compreendida como uma construção metodológica em que se considera o processo histórico, real e singular, a situação geográfica precisa elaborar um sentido para o conjunto de eventos observado no espaço à qual “a análise de uma situação comporta a unidade da ação da qual o objeto individual faz parte” (SILVEIRA, 1999, p. 23).

No contraponto entre a análise e a explicação sobre a situação existe a compreensão do agente que irá racionalizar as operações, marcado por sua visão e sua forma de pensar o plano que será realizado para o estudo. Nesse sentido, Silveira sugere particularizar o que é a visão do agente e o que é a situação sendo ela própria, por meio da análise que considere os objetivos, a situação, a lógica e a explicação. Acrescentamos, de acordo com a proposta desse trabalho, que a análise deva também se dissociar da ideia de ser compartimentada e fragmentada, sem o encadeamento, e carregada de objetividade no sentido de alcançar seus propósitos (políticos) mais rapidamente, nos moldes tradicionais da impessoalidade e imparcialidade do agente da situação ou do planejador. A análise deve assumir uma lógica preparada para buscar uma ação transformadora em sua explicação para a situação geográfica, próxima do objeto de intervenção e não à revelia dele. Longe de ser uma observação que esconda a situação da produção do saber ligado às necessidades concretas de sua aplicação, a observação do geógrafo planejador deve apreender que:

Todos os elementos agem em conjunto para definir uma situação geográfica, reforçando-se ou contrariando-se uns aos outros e, por isso as coletividades humanas não vivem com cada um dos elementos do meio, mas com todos ao mesmo tempo (SILVEIRA, 1999, p. 24).

Essa noção de situação proposta por Maria Laura Silveira (1999, p. 24) propõe uma metodologia de análise em que a totalidade pode ser apreendida em “estruturas significativas para cada evento”, cindindo a geografia do mundo em subtotalidades: “Uma cisão da totalidade é uma nova totalidade com um significado, uma estrutura num conjunto mais abrangente, uma estrutura e um sistema porque sua realidade é dada pelo movimento” (SILVEIRA, 1999, p. 24).

Foi com essa proposta de método que o estudo técnico sobre a área de duplicação da Avenida Alfried Krupp se efetuou, no sentido de permitir através da perspectiva de significados para cada conjunto de eventos na situação geográfica observada, compreender o geografizar de uma ou mais situações do espaço e do lugar. Ao olhar para o redor desse lugar,

percebiam-se coexistências: vegetação com o talude, as rochas com o solo, o Rio Jundiáí paralelo à avenida, entre fauna e flora, o Hospital de Clínicas e a indústria e, de dentro dos carros pode se observar o monumento do Cristo Redentor no alto do morro e também, no seu sopé - as pessoas que caminham nas margens do rio sobre a calçada. A coexistência é o efeito de situações diferentes em que a abordagem permite capturar o diverso, aquilo que “é um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e [que] contém existências materiais e organizacionais” (SILVEIRA, 1999, p. 25).

Pudemos perceber que essa região tinha suas fragilidades, marcada por eventos históricos (e atuais) de inundações que exigiam um olhar mais atento para quaisquer obras que viessem a ser realizadas ali. A paisagem física da cidade é composta por colinas, morrotes, morros baixos e morros altos, de algumas planícies e terraços fluviais, principalmente na faixa central leste-oeste onde se situa o canal do Rio Jundiáí de montante a jusante, e também onde se realizaria o curto trecho de duplicação da avenida. Pelo próprio histórico da cidade em relação às ocorrências de inundações nesse trecho e de episódios constantes de movimento de massa nas encostas da cidade, achamos necessário avaliar melhor as vulnerabilidades nesse sentido sobre a viabilidade dessa obra de infraestrutura no local.

O município contava com estudos, pesquisas e levantamentos a eventos suscetíveis e de áreas de risco, isso em decorrência dos antecedentes de desastres naturais registrados, do seu relevo e de sua ocupação urbana, sendo Campo Limpo Paulista um dos municípios que tiveram maior atenção nesses estudos conforme diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelecida pela Lei Federal 12.608/2012 que dispõe sobre execução de ações e respostas para áreas atingidas por desastres e também sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas. Esses estudos foram realizados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT (2014) e pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM (2015). Para o estudo técnico foram analisados mapas confeccionados pelo IPT e o CPRM sobre os levantamentos das áreas e constatamos que o trecho de intervenção encontrava-se em área suscetível a inundação, alagamento e assoreamento, e adjacente a uma grande área suscetível a deslizamento de massa, isso em razão, respectivamente, da planície aluvial do Rio Jundiáí e da elevada amplitude topográfica do morro, com alta declividade. Em função do processo de inundação, a incidência de alagamento ocorre devido à maior dificuldade de escoamento pela superfície em terrenos de baixa declividade, podendo se agravar caso haja deficiências no sistema de drenagem e baixa capacidade de escoamento e permeabilidade. Por fim, ocorre o assoreamento do leito regular do rio, mudando o curso natural d’água em decorrência do

acúmulo concentrado de sedimentos transportados. A área de construção da duplicação da Avenida Alfried Krupp está inserida nesses processos e se apresenta como espaço suscetível aos processos dinâmicos naturais de riscos. As cartas do Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo – IGC nos deram suporte para compreender melhor o terreno das áreas adjacentes. Além dos mapas de suscetibilidades e áreas de risco, também obtivemos dados através desses estudos com os mapas de lineamentos estruturais, geológico, hipsométrico e de padrão de relevo. Outras informações preliminares que compuseram os dados obtidos vieram dos estudos e mapas elaborados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos, FEHIDRO - entre eles os mapas de comprimento de vertente, de perda de solo, de capacidade de uso da terra e o mapa pedológico, bem como informações do próprio banco de dados da Prefeitura Municipal.

Após as constatações evidenciadas pelos mapas, procuramos relacioná-las com as informações descritas nos estudos e com a observação do lugar, realizada através de trabalho de campo e de imagens aéreas, como ortofotos e de satélites. Com esse material, pôde analisar cada evento relacionado a cada classe de pesquisa, com seus respectivos temas e conceitos, categorizando o trabalho para se obter uma melhor pesquisa. Ao fim, pudemos perceber que os eventos tinham suas relações intrínsecas às categorias e matérias desvendadas, e que partindo para uma análise geral de todo o conjunto da qual cada parte pertencia, conseguimos alcançar um resultado determinante para o estudo. Das partes e matérias pertenciam os aspectos socioeconômicos e os do meio físico, esse com o enfoque às bases técnicas de dados qualitativos e quantitativos, contando com os aspectos geológicos, geomorfológicos (relevo), topográficos, características do solo e classes de capacidade de uso, sistema viário, pluviosidade, cobertura vegetal e fragmentos florestais.

Os eventos traziam a situação geográfica sobre o panorama da suscetibilidade a movimentos de massa e inundação que acabou se apresentando como ferramenta imprescindível para uma avaliação de potenciais cenários de perigo, para escolhas de medidas correspondentes à dinâmica do território na tentativa de se evitar formação de novas áreas de risco e assim assegurar o uso adequado do solo em áreas ainda não ocupadas, especialmente as urbanizadas, para induzir ao desenvolvimento de práticas de planejamento no cotidiano das políticas públicas, fomentando dessa forma, ações voltadas para essa temática e à prevenção de desastres naturais. Pudemos trabalhar com algumas variáveis e conceitos nesse estudo técnico que predispueram os terrenos suscetíveis a eventos de risco, como nesse caso da

duplicação da via até então objeto de ação pela municipalidade, em que um parecer técnico do IPT (2010) já alertava para as seguintes intervenções que representam perigo nesses locais:

- a) Mudança da geometria original das encostas decorrente da execução de cortes com altura e inclinação excessiva, tanto para a construção de moradias como na execução de sistema viário;
- b) Mudança na conformação do terreno e na constituição da cobertura superficial da encosta, causada pela construção de patamares (“aterros”) com o próprio material de escavação dos cortes, sem compactação, proteção superficial e drenagem, para implantação de moradias ou acessos;
- c) Exposição do solo aos processos superficiais pela remoção total da cobertura vegetal;
- d) Geração de situações críticas de instabilidade nas encostas pelo aporte concentrado de águas pluviais, como resultado direto das intervenções realizadas anteriormente e da ausência de sistemas de drenagem adequados às áreas de topografia acidentada;

Essa composição complexa do local e suas particularidades traziam ao projeto de duplicação uma importância maior quanto a sua realização ou não. Na relação do meio com o entorno que os estudos de impacto se orientaram e não somente pela avaliação da área que seria inserida a duplicação da via, pois, se percebia relação direta das variáveis que se cruzavam e eram intrínsecas ao desenvolvimento como um todo da obra.

Também em discordância com as leis ambientais federais, estaduais e municipais, com o código florestal e de proteção à Mata Atlântica, alteração de área de preservação permanente (APP) do principal curso d'água da cidade, mais os motivos mencionados anteriormente sobre a fragilidade e instabilidade da área, entre outros, entendeu-se através do estudo técnico que o projeto de duplicação da Avenida Alfried Krupp em seu conjunto de eventos era inviável. Somados a isso, acreditou-se que se deveria ter uma avaliação mais criteriosa nos aspectos de mobilidade e acessibilidade para se saber qual a real necessidade dessa obra que em vez de solucionar, poderia agravar o problema. Com isso se permitiu que o estudo técnico apontasse para outras propostas e alternativas para dialogar com o problema de trânsito nesse trecho nos horários de maior movimentação, como contrapartida a criação de novas rotas tão necessárias e urgentes para a cidade – que propusesse maior integração entre os bairros periféricos adensados e o centro constituído de infraestrutura urbana consolidada, abrindo assim espaço para ideias de desenvolvimento (socioespacial) mais conscientes do

recurso público e de outros usos do território urbano e ambiental; propostas para a conservação da APP do Rio Jundiá e da paisagem, tais como usos recreativos para caminhadas, passeios ciclísticos, lazer, pontos de encontro entre pessoas, atividades de contato com a natureza e educação ambiental, atividades essas de maior valor social, histórico e cultural, sendo que a paisagem do lugar é cartão postal cultural e histórico da cidade em razão do monumento do Cristo Redentor e do próprio fragmento florestal de Mata Atlântica, o que nos possibilitou no ano seguinte propor a inserção dessa área no zoneamento do Plano Diretor Municipal, identificada como Zona Especial de Interesse da Paisagem e do Patrimônio.

Já a realocação da verba que seria utilizada na duplicação da avenida consistiu numa discussão de ação e vontade política de integrar uma região periférica da cidade com precária mobilidade e acesso a equipamentos públicos municipais como escolas, espaço CEU (ginásio de esportes, pista de skate, anfiteatro e sala multiuso), SESI, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, às unidades básicas de saúde UBS, ao próprio Hospital de Clínicas, à Delegacia, entre outros; sendo uma ação territorial de aproximação dos bairros afastados em direção às centralidades, o que permitia beneficiar as camadas mais desassistidas do município e que, ao mesmo tempo, pudesse mitigar o movimento fragmentário de dispersão urbana provocada pelos loteamentos e ocupações irregulares já espalhados pela cidade e por seu perímetro urbano, compreendido como sendo todo o seu território, morfologias urbanas essas resultantes da expansão do modo de reprodução social e territorial capitalista que vem se expandido na cidade.

As discussões para elaboração do estudo técnico ajudou bastante no sentido de se ter uma diversidade de profissionais de diferentes conhecimentos e experiências de uma Secretaria de Obras e Planejamento formada pelos Departamentos de Obras Públicas, Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Turismo, Obras Particulares e Habitação Social. Os profissionais técnicos de diversas disciplinas que compunham essa administração, foram arquitetos urbanistas, engenheiros civis, geógrafo, biólogo, topógrafos agrimensores, desenhistas (chamados de “cadistas”), técnico ambiental e assistente social. Outras Secretarias e Departamentos também puderam contribuir de maneira significativa, como Defesa Civil, o Setor de Trânsito e o Jurídico. Isso possibilitou ampliar os debates e os olhares para a ação pública de intervenção nesse espaço, no sentido de viabilizar ou não a duplicação da avenida. Criou mais corpo para as análises e maior confiança no plano de estudo, correndo assim menos riscos de ser adulterado ou abandonado na próxima etapa, bem como resultou numa

preocupação com o problema apresentado *a priori* que possibilitou a proposição de condições, introduzindo alternativas para seu desenlace, abrindo propostas de uso social mais consciente para a área de interferência, com a intenção também de desalentar de certa forma novos discursos e incursões de mesma ordem, como o de alegação de duplicação da via. Buscou-se a “mobilidade de saberes” e discernimento para estabelecer relações mútuas entre os elementos e eventos apresentados. (HISSA, 1998, p. 38).

Essa ação que nos possibilitou aproximar os saberes de sua aplicação se encerra com a implantação do projeto de pavimentação da rua que recebeu a verba realocada do projeto de duplicação da avenida, e que começa a abrir novas realidades para aquela região periférica e para as pessoas que moram naquele lugar, mesmo que de forma modesta, porém, contínua. Além da pavimentação, também há as obras de drenagem, calçamento e melhoria da iluminação pública que viabilizará maior segurança e também um transporte público mais abrangente e próximo, que atenda a população de forma a aprimorar a mobilidade – o que nos remete a questão anterior do trânsito relatado como o problema *a priori* (alvo da vontade de abertura da via para duplicação), estimulando assim o uso de transportes coletivos em resposta aos problemas urbanos de congestionamentos que começam a afetar a dinâmica urbana da cidade. A rua que receberá a verba, em dias chuvosos fica praticamente inacessível, bem como também em dias de estiagem por causa da cobertura de poeira, que além de ser uma preocupação de acessibilidade, também é em questão de saúde. Essa questão sanitária também é um ponto a se destacar, pois, promove à região ingresso a rede de esgoto e água encanada, melhorando os índices de saneamento básico e de salubridade pública.

Por fim, entendemos que os estudos técnicos podem ser importantes anteprojetos da vontade pública, dos projetos de planejamento e também políticos, tanto aqueles de ambição estritamente política quanto os projetos de gabinete realizados por profissionais, como plantas e relatórios. Apesar de trazer consigo seus aspectos técnicos e objetivos, acreditamos também que há espaços, mesmo que sutis, para potenciais análises transformadoras da realidade no que diz respeito à ação social e do próprio espaço urbano. É um primeiro passo que se dá nesse sentido - e que pode contribuir para criação de pilares sólidos para que na próxima etapa não se abandone essa essência.

Algumas críticas também são importantes de se avaliar quanto ao processo de construção do estudo: primeiro a prevalência de um olhar técnico que pode afastar a participação da sociedade, em geral, pois, mesmo que tenha sua origem em uma vontade

político-representativa e de uma observação da situação geográfica da região, poder-se-ia aproximar mais adequadamente da opinião popular, seja através dos conselhos municipais - que discutiremos mais adiante, ou através de um canal direto para discussão nos espaços públicos como em escolas e comunidades com seus indivíduos e representantes, por exemplo. Como dito antes e, não sendo a forma apropriada, o tempo disponível para se fazer um estudo nem sempre será conveniente, além do que pode depender da realidade política em vigor, podendo por fim deslegitimar o estudo. Segundo ponto é o distanciamento do sujeito e do objeto de pesquisa quando utilizamos como base, dados secundários, nesse caso, os obtidos através dos estudos de suscetibilidades e instabilidades do local, podendo configurar o “sujeito-neutro” da ciência que o ausenta de responsabilidades e ações futuras. Nesses dois casos citados tivemos a oportunidade de amenizar esses danos na revisão do Plano Diretor Municipal que teve maior amplitude para discussão popular, que nos possibilitou inserir a área urbana ambiental no zoneamento urbano, antes destinada à duplicação viária, assim como também inserir as áreas de riscos (Zonas Especiais de Mitigação de Risco Geoambiental) no sistema de planejamento integrado para gestão de política urbana. Um terceiro ponto e de maior dificuldade para se resolver, normalmente recorrente dentro da gestão pública, é o distanciamento e/ou separação entre o planejador e os tomadores de decisão no momento de se aplicar o estudo, que por vezes, pode ter resultados diferentes do objetivo e, sobremaneira, do ponto de vista político, determinante.

Aprofundando a crítica num plano mais teórico, o conjunto dos problemas listados anteriormente, observado diante do embate entre o urbano e o urbanismo - pode ser interpretado como um afastamento do olhar técnico para a percepção do espaço como sendo produto – não resultado de um pensamento conceitual, mas sim que se “resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante” (LEFEBVRE, 2004, p. 142). O técnico suplanta a prática urbana para empreender suas representações urbanísticas como entendimento do espaço e dos grupos sociais, se inserindo desse modo na própria reprodução social do espaço como sujeito dotado de capacidade de decidir e criar, de (res) significar o lugar em sua forma e em suas realizações. Num quadro de uma crítica mais radical, organizar a cidade pode ser visto como uma “ideologia médica” redutora da prática urbana como realidade, que sistematicamente resolve os problemas através das proposições urbanísticas e de uma “tecnoestrutura” para organização do espaço e das vidas das pessoas como um todo, de forma eficiente e numa lógica funcional.

O urbanista às vezes pensa que trata e cura uma sociedade doente, um espaço patológico. Para ele, existem doenças do espaço, primeiro concebido abstratamente como um vazio disponível, depois fragmentado em conteúdos parciais. Ele acaba por tornar-se um sujeito (LEFEBVRE, 2004, p. 144).

Henri Lefebvre nos diz que o urbanismo mascara a situação e encobre operações, bloqueando, desse modo, a via do conhecimento e da prática urbana, com intervenção de um poder com objetivo de se impor a coerência e a lógica do Estado: “O Estado só sabe separar, dispersar, abrir amplos vazios – as praças, as avenidas – à sua imagem, a da força e da coação” (LEFEBVRE, 2004, p. 147). Com isso o pensamento não se torna reflexão sobre possibilidades e sobre o futuro.

Não é intenção desse trabalho se aproximar ou se afastar da crítica radical sobre a “função” do Estado no que concerne ao planejamento urbano e às ações públicas no espaço, mas sim se acercar de um posicionamento crítico sobre as contradições que existem, a fim de se buscar ampliar a discussão sobre novas práticas para os limites e possibilidades impostas ao geógrafo que planeja. É também ressaltar o que propõe o autor sobre discernir o que é discurso urbanístico e o que é prática urbana, para caso haja espaço, rediscutir se é possível haver estudos e planejamentos urbanos como práxis no interior do conhecimento da geografia como participante da ação de políticas públicas; é tornar a discutir a crise entre “o fazer sem reflexão e a reflexão sem o fazer...” (SILVA, 1978, p. 70).

3.3 O “sujeito-ciência” da geografia diante do planejamento

O saber integrado à prática deve estar entre a técnica e a política, ambos formados de pluralidade de ideias e participação por toda a sociedade, de consensos construídos depois de muita discussão e, claro - crescentes de contradições. Deve-se ressaltar também a vocação do olhar idiossincrático ao território, para esse propósito, para assim distinguir os planos de um lugar e de outro, de uma cidade e outra, para não se apegar a modelos, pois, esse olhar reflete àquilo que pertence ao lugar e que faz dele único, capaz de merecer atenção exclusiva a seu conjunto de coisas e de sua realidade, ao passo que quanto mais o espaço desse lugar se torna complexo, maior também será a complexidade dos planejamentos e de sua aplicação. Contudo, influenciado por um pensamento alheio, que vem de fora e de um mimetismo cultural, o planejamento pode se desvincular de uma realidade local em que “difícilmente é o nexo central para o desenvolvimento do conhecimento” e que “... está presente, também, uma dificuldade de acúmulo progressivo do saber a partir das diversas experiências cuja continuidade é frequentemente rompida pelo conhecimento externo” (MARICATO, 2010, p. 12). Ermínia Maricato faz um contraponto entre o desenvolvimento e planejamento

endógenos, dirigidos para a própria realidade social da cidade e os estudos que comumente buscam referências exógenas para planejar o local, resultando em dominação cultural e técnica, assim como ideológicas com falsas aparências que produzem um efeito pedagógico contrário à “concretude social, econômica, política, cultural e técnica” (idem). Abordaremos ao final desse trabalho sobre a importância do propósito pedagógico nas políticas públicas e nas ações transformadoras do planejamento territorial.

É nesse saber que a geografia se destaca e que não deve se desvincular da proposta de ação, o saber identificar as realidades do lugar e as contradições do espaço que devem estar gravadas no planejamento que se faz para mitigar os processos de reprodução da segregação e da desigualdade, existentes na cidade. O geógrafo ao se fazer a leitura da realidade representativa das bases geográficas e territoriais encontrará seus limites demarcados, mas também vai encontrar uma imensidão de incongruências e desacordos presentes nos espaços concretos da cidade, isso ao se deparar com a realidade externa à própria representação, seja dos mapas de gabinetes ou das descrições livrescas de manuais, ou guias. No embate entre a técnica e a política há um espaço para o saber da geografia e também para sua aplicação como ação transformadora. Esse espaço uma vez aberto pode caminhar para interferir nas questões urbanas e não apenas para produzir e organizar informação. As mediações da contradição quando inquiridas permitirão, por exemplo - perceber que crescimento econômico não corresponde a desenvolvimento social e que os processos sociais exercidos no espaço ensejam conteúdos para além da dimensão da forma urbana. Sem que seja neutro e tampouco imparcial, o geógrafo ao mediar contradições pelo saber e pela ação verá que o planejamento como “mecanismo democratizante” não se encerra numa ideia de restabelecimento do espaço ou num sentimento de ordem, ou de função restabelecida. Pelo contrário, os conflitos persistem e a segregação aumenta a cada ano nas cidades, se contrapondo ao saber técnico alçado como (único) conhecimento possível e à regulação do conjunto de regras e normas institucionalizadas. A proposta em nosso trabalho realmente não é desconsiderar o planejamento urbano, apesar de a realidade nos dizer que ao longo de décadas de aplicação, tanto em sua fase anterior como posterior à sua institucionalização, principalmente para a etapa atual que se configura num desalento coletivo – mas sim trazer a proposta de uma maior participação da geografia e do geógrafo para além do seu conhecimento, para participar nesses espaços que os conflitos persistentes abrem para ações concretas. Enfim - buscar se envolver, no que:

Produzir conhecimento sem se envolver com o objeto de conhecimento; planejar o mundo concreto sem se envolver com o objeto de planejamento: atitudes que refletem paradigmas tradicionais da ciência moderna, questionada (HISSA, 1998, p. 40).

Desmontar os muros da cidade é se envolver. Não como mero ato administrativo planejado com sentido de necessidade e urgência, mas sim como ação de construir coletivamente consciência de pertencimento a cidade em que se vive; essa que no que lhe concerne, seja capaz de fazer o indivíduo da cidade pensar por si mesmo sobre as implicações dessas fronteiras erguidas no seu espaço de convivência que têm potencial de negar o outro, de causar estranheza do que está do outro lado do muro e do que vem de fora. Trata-se de um ato de desmontar a intenção de se querer esconder as tensões e os conflitos sociais através de instrumentos políticos, sendo que esses muros separam realidades distintas e recria outra que não existe como urbano, e tem a função de tornar impessoais as relações e diálogos entre as pessoas, afastando a mediação das contradições inerentes do espaço da cidade. A transformação deve vir justamente do conflito existente de confrontação, de tornar as ruas muradas em espaços de transitoriedade do que é diferente, deve vir também das mediações das coisas e dos objetos do urbano, na exigência de respostas do quadro institucional e também dos planejamentos quando obsoletos, e no questionamento de uma nova urbanidade forjada pela mercadoria e no individualismo desencaixado da realidade sociocultural. Além do desvendamento no decorrer do desmonte dos muros, se faz necessário no que diz respeito às políticas públicas a redução das desigualdades e melhoria de vida das camadas sociais mais pobres, maior envolvimento popular nas decisões e dinâmicas sociais, políticas e culturais que devem avançar, e enfraquecimento dos grupos dominantes através do desmonte do clientelismo e das trocas de favores, bem como na desarticulação das maneiras de captura do recurso público, bastante percebido nos poderes locais (VAINER, 2002, p. 29).

O “sujeito-ciência” da geografia, no campo do planejamento, pode querer não buscar a expectativa de modernizar a vida social das pessoas e habitantes da cidade, muito menos racionalizar seu cotidiano através das normas e padronizações rígidas. Ele pode querer buscar a prática urbana através do entendimento dos problemas da realidade, debaixo para cima, buscar construir identidades com os habitantes e as estratégias de planificação em torno de ideias e consciências diversas não somente ligadas a necessidade de aplicações. O geógrafo como sujeito da ciência pode tomar partido, conquistar espaços para se posicionar principalmente diante de realidades “irracionais”, permeadas de contradições e de crises, pois, esse é seu espaço - e também espaço do saber e da ação, do momento de se buscar o preparo

para a pesquisa e também de se romper com as fronteiras que separam ideologicamente a ciência e o planejamento, com os limites impostos que determinam o que é puro e o que é aplicado sobre a geografia. Se posicionando, a estratégia de planejamento pode carregar consigo a interpretação crítica como método da produção do conhecimento, não se valendo assim apenas de textos descritivos e mapas-síntese, o que pode remontar o geógrafo a posição de planejador de fato e se esvair da visão de subsidiário do plano.

Diante da problemática urbana, o geógrafo como sujeito da prática do planejamento pode buscar espaço para abordar a natureza social das questões territoriais, sem que se monopolize o aspecto físico ou um modelo de cidade que se quer. As diretrizes e propostas do plano nesse aspecto podem estar estabelecidas conjuntamente com os estudos preliminares e, possuírem em ambos os momentos - uma vontade de querer um território socialmente justo. Essa abordagem que permitirá ao geógrafo se desvencilhar da ciência compartimentada e do “sujeito-neutro” da modernidade como regra no planejamento, compreende o conhecimento para a transformação sem que haja distinção ou separação entre ambos, pois, fazem parte de um mesmo processo de envolvimento. Não contestar as redes de fronteira que impedem o devir da cidade é também aceitar as fronteiras ideológicas e corporativistas que impõem a neutralidade ao planejador, engessado para àquilo que poderia vir a ser.

Para Aziz Nacib Ab'Saber, vir a ser geógrafo é sair de seu mundo – transpor os aspectos:

O menino Graciliano estava transpondo os aspectos de Pernambuco. Os rios estavam secos e, à medida que ele caminhava, passava aquele pouquinho de água, um fiozinho, a vegetação começava a ser maior, mais densa, e então as águas ficavam mais caudalosas, mais propriamente rio. De repente, chega a lugares em que não dava mais para pensar nos rios do sertão: era outro mundo. Comigo, de pequeno, foi a mesma coisa: não sabia nada de geografia, mas me dei conta de que estava saindo do meu mundo (AB'SABER, 2007, p. 18).

3.4 Limites e possibilidades do geógrafo na escala local

Na ciência e o uso que se faz dela bem como nas políticas públicas territoriais - compreender a multidimensionalidade de interesses e os conflitos existentes nela representam os próprios limites e possibilidades da atuação do geógrafo no planejamento, os quais são potencializados numa ruptura ou não entre o saber e aplicação do campo de conhecimento desse profissional. Enquanto se aponta cada vez mais para o envolvimento da geografia no tema de planejamento, denota-se o contrário quando o assunto é a oportunidade de aplicação do tema para o geógrafo no seu dia-a-dia no campo de trabalho, resultado esse percebido ao se

analisar os estudos da Professora Neli Aparecida de Mello-Théry (2011) e de Signori e Verдум (2009). Os dados estudados por Mello-Théry ressaltam o envolvimento dos geógrafos com a temática, sendo que são pesquisadores trabalhando em linhas de pesquisas em políticas públicas principalmente em universidades estaduais e federais. Destacam-se os mais proeminentes, estudos de políticas territoriais, urbanas, rurais, regionais e ambientais, segundo Mello-Théry (2011:14). Já no levantamento de Signori e Verдум que apresenta dados sobre o mercado de trabalho para geógrafos no serviço público federal, indica baixa inserção da profissão como possibilidade de atuação. Seriam esses mais traços de ruptura que aumentam a distância entre o saber e a prática da geografia? Sem dúvidas são limitações.

Relacionando os dois estudos que se complementam Signori e Verдум (2009, p. 145) apontam que “o bacharel em geografia é considerado um profissional com menos conhecimento e habilidades em relação a outras profissões”, e que se quiser ser competitivo terá que preencher alguns requisitos prévios que em outras formações não são exigidos, tais quais possuir especialização, mestrado, doutorado e experiência profissional. De fato é limitador. Os autores desse estudo que analisou os dados e informações obtidos entre os anos de 1996 a 2006, por outro lado, afirma haver um reencontro da dimensão territorial no planejamento para políticas públicas em curso naquele ano, isso a curto, médio e longo prazo, que viriam a ser mais decisivos para o âmbito regional e local na escala de atuação:

As políticas públicas encontram, nas escalas sub-regionais e locais, melhor possibilidade de articulação das ações com a gama variada de atores e demais grupos sociais, que assim obtêm melhor resposta aos problemas da agenda de desenvolvimento (SIGNORI e VERDUM, 2009, p. 145).

No artigo de Mello-Théry (2011), àquilo que vimos nos autores citados anteriormente como reencontro e possibilidade para atuação dos geógrafos na área do planejamento territorial, já se pode verificar como realidade num contexto mais diverso de políticas públicas, as quais estejam:

Nas políticas ambientais, pela importância da definição de espaços protetores da biodiversidade; nas urbanas pela demanda de reestruturação do espaço e o reordenamento do território em face à atual fragmentação das cidades; nas rurais, pelas repercussões dos processos urbanos no meio rural e nas regionais, em países onde ainda há necessidade da indução de processos de desenvolvimento para regiões menos favorecidas (MELLO-THÉRY, 2011, p. 12).

Importante ressaltar que em Signori e Verдум (2009) se identificava um processo político de reforma da administração pública de modo a se reorganizar as estruturas com preceitos na qualidade e produtividade do serviço público, com conceitos de administração descentralizada, mas gerencial com controle de resultados e eficiência, onde que na intenção

de uma melhor prestação de serviço à sociedade, seria necessário recrutar profissionais mais qualificados e técnicos, assim sendo, renovar, criar e disseminar métodos para a modernização gerencial do Estado (SIGNORI e VERDUM, 2009, p. 139). Como consequência, em Neli Mello-Théry (2011, p. 13) percebe-se a ideia de “revalorização do Estado como ator na promoção de políticas públicas e no exercício do planejamento”, no entanto, um de tantos atores, onde enfatiza a participação também da sociedade civil organizada como força de mobilização social e das forças de mercado, se referendando em estudos de Massardier (2003), para qual:

[...] a análise de políticas públicas demanda a introdução da análise multiescalar e de outros elementos como os processos coletivos, a responsabilidade pelas externalidades, a (in) governabilidade das sociedades ocidentais (MELLO-THÉRY, 2011, p. 13).

No exercício dessa multiescalaridade no planejamento e para as políticas públicas, Juliana Nunes Rodrigues (2014) argumenta que se deva conduzir o trabalho do geógrafo para uma geografia pública mais participante dentro da geografia política nesse contexto de retomada das discussões, onde diz que “o processo de formulação de políticas públicas deve-se sustentar através da manifestação da sociedade que pode e deve ser convocada de maneira contínua” (RODRIGUES, 2014, p. 158), no qual o espaço de sustentação desse processo possui atributos de contestação e colaboração intermediados entre o Estado e diferentes representantes da sociedade de forma a contribuir com a ampliação e a inclusão. Juliana Rodrigues cita dois exemplos que são os conselhos municipais e os orçamentos participativos. Para essa interação composta por diversos personagens funcionar deve-se considerar como as instituições são capazes de articular, agir e interagir para o interesse comum, enxergando o ambiente institucional como referência de decisões e também como fornecedor de recursos normativos e cognitivos para as políticas públicas de modo a se aproximar cada vez mais dos processos sociais que organizam o território, criando vínculos e coletividades, contratos de cooperação e melhora do desenvolvimento de aprendizagem, onde segue:

Em suma, trata-se de incorporar ao debate normas e regras, códigos de conduta, formais e informais, implícitos ou explícitos, que orientam os comportamentos, as práticas sociais e influem na maneira como a própria sociedade concebe suas questões (RODRIGUES, 2014, p. 159).

Juliana Nunes Rodrigues também afirma que essa maior participação observada entre a instituição e a sociedade diversa impulsiona uma ruptura com os modelos explicativos únicos e fundamentados na racionalidade estrita, permitindo romper de certa maneira com o que Cássio Hissa trata de “compartimentos estanques” instituídos pela modernidade,

possibilitando assim uma ruptura com a forma rígida da ciência moderna e da elite pensante e aproximando o conhecimento produzido de sua aplicação através da ação do agente planejador.

No entanto, a distância ainda existe e nos parece que os instrumentos de participação da sociedade civil organizada apesar de obter valorosas conquistas ainda não foram suficientes para dar conta dos problemas urbanos de forma a transformar as desigualdades que se intensificam. Há ainda uma distinção clara na forma como se apresenta sociedade civil, Estado e mercado, diferença que se reflete em suas relações de afastamento: uma espécie de fronteira ou linha divisória que ultimamente parece valorizar as instituições, enquanto rebaixa a capacidade de ação política da sociedade civil. Apesar da aparente convivência e funcionalidade desses mecanismos, no dia-a-dia cada vez mais há impressão de que o poder público se distancia da sociedade; essa ganha uma percepção de autonomia (moral) que a separa da ímpia lógica do poder e do dinheiro, condicionando-se a renunciar de sua própria representatividade e da ação de transformar seu lugar de convívio e existência. Ocasionalmente nos faz pensar sobre a fronteira entre o que é puro e o que é alçado à aplicável, em que a sociedade civil desmobilizada por causa de seu posto de autônoma renuncie de sua participação popular efetiva enquanto o poder público e associações representativas do mercado criam respectivamente a ideia de redes de solidariedade e capital social com o discurso “democratizante” de eficiência e justiça aplicáveis. Um exemplo desse modelo é o já citado conselho gestor, que aciona um padrão homogêneo de mobilização social e disfuncional àquilo que realmente deveria compor, com uma natureza alterada e atendendo a pequenas parcelas e interesses de determinados segmentos da sociedade, além de afastar em muitos casos as críticas à política do poder público e redirecionando-as para outras camadas da sociedade.

O projeto democrático popular como ação política valorizou a instituição como afirmação de ação redemocratizante logo após período antidemocrático que o país passou, mas não diluiu as fronteiras artificiais que existem entre as estruturas do poder político e a sociedade civil - isso se deve a dissociação (atuante) entre o processo de esforço democratizante e a luta por justiça social (PUPO e BUENO, 2012, p. 139). O direito à cidade também acaba sofrendo o impacto desse processo de dissociação quando tratamos do planejamento participativo. Os conselhos de meio ambiente em todas as esferas e os conselhos municipais das cidades (Comcidades) tornam-se ambientes representativos sem as contradições reais dos problemas urbanos e locais que de fato possam dar voz ao povo: a

busca pela justiça social se despolitiza nos segmentos e associações de classe em nome da aparente representatividade, e reduz a democracia a determinado mecanismo político que impossibilita alcançar transformações sociais reais e que também não se resolve os problemas urbanos viventes. Acaba-se por levantar dúvidas sobre sua legitimidade e funcionamento e afasta a pluralização dos sujeitos que constituiria a participação de camadas mais populares da sociedade, gerando assim a emergência de novos instrumentos de representatividade nos arcabouços institucionais, constituindo-se como uma problemática da participação cidadã como alicerce da democracia (PUPO e BUENO, 2012, p. 141). As contradições vistas e as dúvidas são resultados do discurso de homogeneização de interesses da sociedade civil, bem como da suposta capacidade de determinados segmentos da sociedade para representação coletiva. Nos instrumentos de representatividade se encontram o afastamento da heterogeneidade de interesses da sociedade civil, ausência de critérios para escolha dos representantes, relação inorgânica entre entidade e conselheiro, dissociação da natureza desse espaço popular, pouca representatividade e o avanço das injustiças urbanas e ambientais (PUPO e BUENO, 2012, p. 142).

A proximidade que maximiza e envolve pode ser um caminho a se percorrer para ter maior legitimidade. É o que Cássio Hissa (2009, p. 42) nos traz em seus estudos quando cita (Castellis & Borja, 1996, p. 158) que “o princípio legitimador da autonomia é o da proximidade...”, referindo-se as estruturas que envolvem a administração pública, território e população. A proximidade da agenda popular com o Estado possibilita que os atores da sociedade civil e cidadãos apreendam que não são mutuamente constitutivos ao Estado e as instituições políticas, seguindo desse modo para uma maior reflexão acerca dos problemas e dos conflitos socioespacial, o que torna possível envolver com maior clareza a capacidade de confrontação e de resolução para as contradições sobre os projetos políticos em disputa de cada representante, internalizando e definindo as prioridades e propósitos da representação popular. Esse pode ser o caminho do planejamento como possibilidade de se superar os limites da fronteira e romper com o aspecto ilegítimo do poder público em várias de suas ações de políticas públicas: transformar o plano exequível, socialmente; preponderar os resultados obtidos através do envolvimento de todos os atores e abrir espaço para novos meios de representatividade, onde o geógrafo também deve estar. O planejamento com participação popular deve ser suficientemente capaz de alterar a lógica dos discursos de determinados segmentos do mercado (imobiliário, por exemplo) que fragilizam a estrutura representativa e dão um fim legítimo a si, bem como ser capacitado para alterar os rumos de uma política

pública que historicamente oferece vantagens para espaços já privilegiados. Isso é possível através da proximidade que já deve estar presente no seu estado “puro” como produção teórica e também na aplicação de seu conhecimento, na prática, no saber, construindo assim o elemento essencial que dará legitimidade ao plano:

Planejar, portanto, é construir as condições para a participação coletiva; é democratizar a informação para que o conhecimento e o seu uso possam ser questionados e até mesmo aperfeiçoados (HISSA, 2009, p. 42).

Questionar o uso do conhecimento é refletir também sobre os limites colocados entre ciência pura e ciência aplicada, entre produção do saber e planejamento. O planejamento não se explica por si só. A ciência não se explica por si mesma. O planejamento não é monopólio de aplicadores do saber geográfico. O saber não é monopólio. E, além disso, outros atores, muitas vezes ‘não-científicos’, devem ser incorporados pela produção/aplicação do saber (HISSA, 2009, p. 42).

Na emergência de problemas sociais, urbanos e ambientais atuais, Cássio Hissa (2009) também aponta para outro limite que encontramos diariamente nos meios de trabalho e que devemos enxergar: a condição do geógrafo com o caráter político do conhecimento geográfico que traz a dúvida sobre o geógrafo cientista e o “geógrafo não cientista”. De maneira comum, habitual e frequente somos inquiridos sobre nosso campo de atuação em escritórios e fora deles, onde não raramente escutamos que a geografia é campo para professores. Se na relação dialética do Professor Armando Corrêa da Silva (1983, p. 86) o “geógrafo profissional definido é condição necessária para a redefinição do professor de geografia; pois só este, modificado, poderá formar aquele”, as indagações de Hissa (2009, p. 36) nos permite ampliar as possibilidades inerentes a essas limitações: “[...] o ensino não é uma atividade eminentemente prática? Através do ensino não se pode, também, contribuir para a transformação da sociedade?”. A possibilidade é que essa realidade nos permite surpreender a todos, de embeber nosso conhecimento e, principalmente, abrir espaços para a ação transformadora dessa realidade e também do lugar e da cidade. Isto significa que de forma dialógica o geógrafo “profissional” outrora mal percebido possa também contribuir sobremaneira com o geógrafo professor para uma realidade social mais justa e preponderar sobre as fronteiras criadas entre uma geografia pura e uma geografia aplicada. Acreditamos que para cada ação e obra do planejador deva-se dar um sentido pedagógico que faça a própria sociedade pensar sobre suas questões, para assim compreender a cidade como o lugar do concreto, do mediar, do tempo humano do indivíduo, da redescoberta para novos significados, da multiplicidade dos saberes, do movimento da aproximação e da prática da alteridade:

A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado (SANTOS, 2004, p. 79).

4. Considerações finais:

Entendemos que é no reconhecimento dos limites da geografia que podemos enxergar as possibilidades, e assim apreender da realidade as informações necessárias para o campo da ideia, e não o seu contrário. Os limites por ora nesse trabalho observados problematizam a relação fragmentária entre o saber e sua aplicação como injunção modernizante, e se insere nesse debate o planejamento e a atribuição do geógrafo, assim como de que modo podemos contribuir para as políticas públicas, senão ao passo que reconhecemos nelas caminhos para a transformação do lugar e da sociedade. É o espaço onde o geógrafo possa assumir sua responsabilidade também de agente transformador, através do planejamento, não distanciando seu saber da prática de seu conhecimento, para que possa dessa forma se preocupar com mais propriedade sobre suas ações, com os mais pobres e vulneráveis, com o urbano e o ambiental, com os lugares, promovendo assim um rearranjo que há de ser diferente e “não apenas a favor da expansão das atividades econômicas predominantes...” (THÈRY, 2011, p. 17).

Cria-se então uma proposta de exploração de novos campos teóricos da ciência que apreendemos como possibilidade de construir e contribuir com o mundo, ou seja, envolver o outro e nos libertar do isolamento disciplinar e aprofundar o diálogo e a discussão.

Desse modo miramos transpor a alcunha de subsidiários do projeto, nos afastar da visão de nos ver como bússola norteadora do apenas saber planejar e possamos assim nos orientar de acordo com que exige o escalímetro da ação - conjuntamente com outros saberes a se dialogar, aplicar e transformar. No planejamento é urgente essa atitude para se avistar participações múltiplas cada vez maiores entre diversos saberes - não apenas dos cientistas, mas de toda sociedade, para que enfim o geógrafo planejador seja “aquele que, falando, faz a cidade falar consigo mesma...” (HISSA, 1998, p. 43).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. *O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz Ab'Saber / em depoimento a Cynara Menezes*. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *Fronteiras entre ciência e saberes locais: Arquiteturas do pensamento utópico*. In: Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales, IX Coloquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre, UFRGS, 2007.

_____. *Geografia e planejamento: Entre o puro e o aplicado*. Geonomos, v. 6, n.2 – 1998. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistageonomos/article/view/11468>

LEFEBVRE, Henri. *A ilusão urbanística*. In: A revolução urbana, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.

MARICATO, Ermínia. *O Estatuto da Cidade periférica*. In: O Estatuto da Cidade comentado. Ministério das Cidades e Aliança de Cidades, 2010.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. *Política (e ação) pública, território e o papel da geografia*. Revista da ANPEGE, v.7, n.1, número especial, p. 11-19, out., 2011. DOI: [10.5418/RA2011.0701.0002](https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0002)

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

_____. *Na trilha do purgatório: política e modernidade na geografia brasileira contemporânea*. In: SILVA, J.B. et all. *Panorama da Geografia brasileira*. São Paulo: ANPEGE, 2006.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2008.

ORTEGA Y GASSET, J. *Meditação sobre a técnica*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.

PUPO, Samuel. **BUENO**, Laura Machado de Mello. *As contradições ou armadilhas da participação no planejamento urbano participativo*. In: Entre Avanços e Retrocessos, R.B. Estudos Urbanos e Regionais, v.14, n.1 / maio 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2012v14n1p135>

RODRIGUES, J.N. *Políticas públicas e geografia: retomada de um debate*. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v.18, n.1, p.152-164, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um Discurso sobre as Ciências*. 5ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico-científico e informacional*. São Paulo, Hucitec, 2004.

SIGNORI, Leandro César. **VERDUM**, Roberto. *Mercado de trabalho para os geógrafos no serviço público federal*. Publicado por Associação dos Geógrafos Brasileiros, Boletim Gaúcho de Geografia, 35: 133-148, maio, 2009.

SILVA, A. C. da. *O que é o geógrafo profissional?* Revista do Departamento de Geografia, v. 2, p. 81-92, 2011. DOI: <https://doi.org/10.7154/RDG.1983.0002.0007>. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47080>. Acesso em: 4 jan. 2022.

_____. *O espaço fora do lugar*. São Paulo, Hucitec, 1978.

SILVEIRA, Maria Laura. *Uma situação geográfica: do método à metodologia*. Revista TERRITÓRIO, ano IV, n°6, jan/jun. 1999.

VAINER, Carlos Bernardo. *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Cadernos IPPUR, Ano XVI, N° 1, Jan-Jul 2002.

